

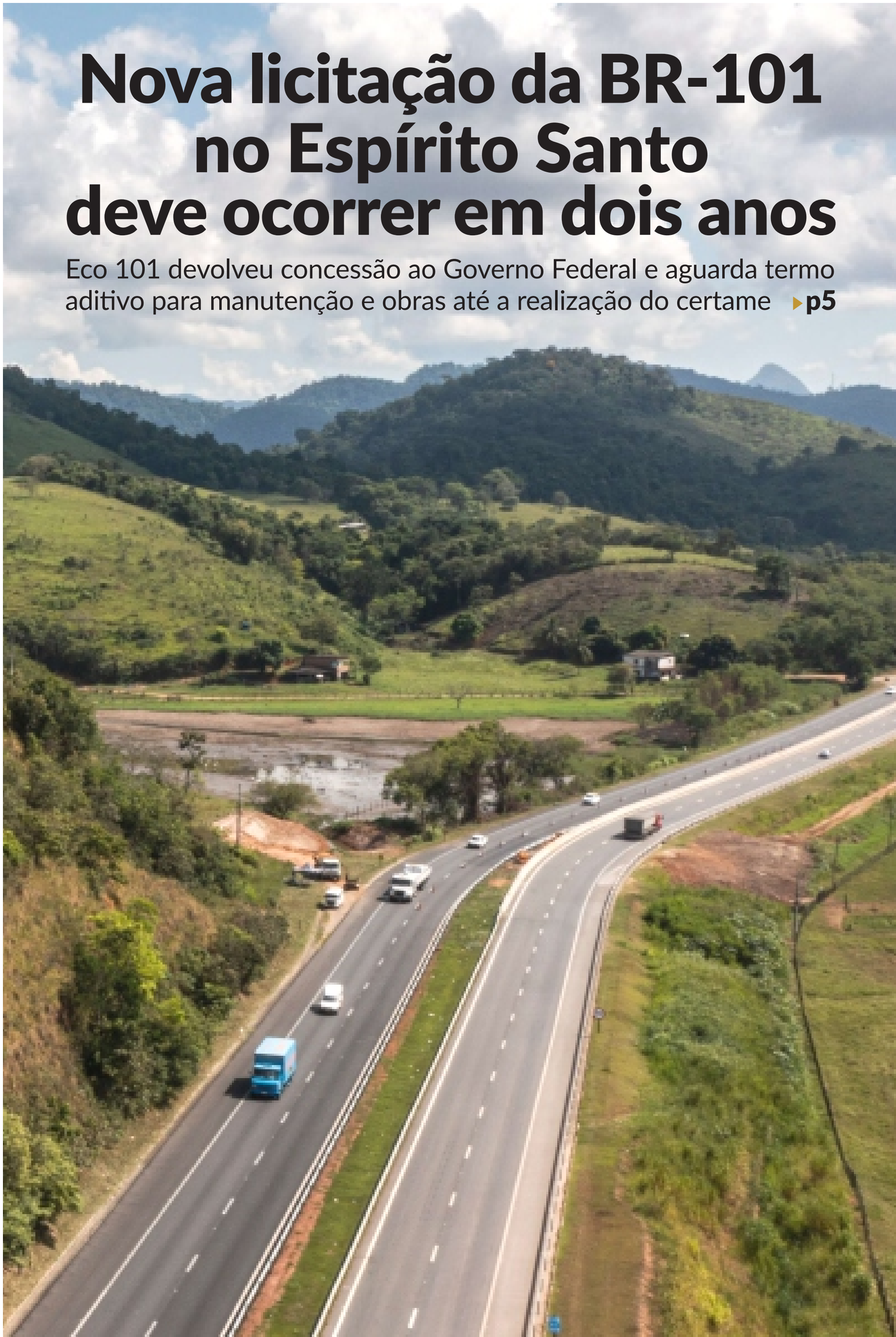
**FICO** Ministro vistoria obras de linha férrea no Centro-Oeste ▶ **p3**

**TRANSPORTES** Planos setoriais terão integração entre modais como base ▶ **p4**

**PORTUGAL** Sobe número de passageiros em aeroportos da região da Madeira ▶ **p7**

## Nova licitação da BR-101 no Espírito Santo deve ocorrer em dois anos

Eco 101 devolveu concessão ao Governo Federal e aguarda termo aditivo para manutenção e obras até a realização do certame ▶ **p5**



## EDITORIAL

# Integração entre modais, ação estratégica

O Ministério da Infraestrutura debate com a sociedade a elaboração dos planos setoriais de transporte. Serão desenvolvidos quatro deles, três deles voltados aos modais de transporte - haverá um sobre o meio hidroviário, outro sobre o aeroviário e um terceiro sobre rodoviário e ferroviário. E um quarto sobre portos. Segundo a pasta federal, cada um desses estudos será um instrumento de planejamento, identificando necessidades e oportunidades nesses segmentos e ações estratégicas para o desenvolvimento da Infraestrutura nacional.

Esses planos também terão uma outra característica. Eles terão como base a integração entre esses modais, explicou o secretário nacional de Transportes Terrestres, Felipe Queiroz, em entrevista publicada nesta edição do Jornal BE News.

A medida é importante, especialmente se for considerado que esses planos vão apontar necessidades de investimento e oportunidades de negócios. Nessa linha, considerar a integração entre os modais faz com que esses planos identifiquem as ações necessárias para o desenvolvimento da multimodalidade e as oportunidades que serão criadas nesse processo.

É essencial que o Governo, cada vez mais, trabalhe com a integração entre os modais. Afinal, o cotidiano do mercado de transporte de cargas tem essas parcerias como um elemento básico, mas que, segundo os próprios usuários, pode ser melhor utilizado. E certamente essa otimização poderá ser indicada nesses estudos, Integrar os meios de transportes é um passo certo para o aumento da eficiência do setor e a redução de seus custos. Mas é uma ação ainda pouco analisada, algo que deve mudar com urgência.

## NESTA EDIÇÃO

FOTO  
Divulgação



### ▲ CAPA

5 Novo leilão para concessão da BR-101 no ES deve sair em 2024

### HUB

3 Terminal Portocel recebe autorização para operar navios de 85 mil toneladas

### CENTRO-OESTE

3 Ministro da Infraestrutura faz vistoria em obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste

### NACIONAL

4 Planos Setoriais terão integração entre modais como base, diz secretário

### REGIÃO NORDESTE

6 RN anuncia local para a construção do Porto Indústria Offshore

### PORTUGAL

7 Aviação civil em Madeira registra movimento acima do período pré-pandêmico

Governo português aprova investimento no Porto de Sines para receber e expedir gás natural

### SOCIAL

8 Vitrine: confira os bastidores de festas, apresentações e visitas de autoridades em todo o Brasil com a jornalista Cândice La Terza



**Sede**  
Alameda Campinas, 802, 6º andar,  
São Paulo, São Paulo  
01404-200, BR

**Sucursal Brasília**  
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110  
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul  
Brasília, Distrito Federal  
70340-000, BR

**Sucursal Santos**  
Avenida Senador Pinheiro Machado, 22, Sala 12  
Santos, São Paulo  
11075-000, BR

www.portalbenews.com.br

#### Diretor-presidente

Fabício Julião

#### Diretor-superintendente

Marcio Delfim

#### Diretora Administrativo-financeira

Jacyara Lima

#### Diretor de Redação

Leopoldo Figueiredo

#### Editor

Alexandre Fernandes

#### Equipe de reportagem

Bárbara Farias, Vanessa Pimentel  
e Tales Silveira

#### Design Gráfico

Mônica Mathias

## FALE COM A GENTE

### ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para [atendimento@portalbenews.com.br](mailto:atendimento@portalbenews.com.br)

### INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em [www.portalbenews.com.br](http://www.portalbenews.com.br)

### PUBLICIDADE

Maurício Almeida | (11) 995540-4282  
[mauricio.almeida@portalbenews.com.br](mailto:mauricio.almeida@portalbenews.com.br)

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655  
[megwallau@portalbenews.com.br](mailto:megwallau@portalbenews.com.br)



## CENTRO-OESTE



**LEOPOLDO FIGUEIREDO  
E COLABORADORES**  
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

**Celulose**

O terminal Portocel, localizado em Barra do Riacho, em Aracruz (ES), obteve a autorização da Capitania dos Portos para atracar navios com até 230 metros de comprimento e 85 mil toneladas de porte bruto, 21% a mais do liberado até então. E a largura do canal de acesso ganhou 2 metros, passando a ter 160 metros. Essas melhorias foram oficializadas no início deste mês. A instalação portuária é resultado de uma parceria entre a Suzano (51%) e a Cenibra (49%), duas das maiores produtoras mundiais de celulose do Brasil, e tem capacidade para operar 7,5 milhões de toneladas anualmente. Hoje, responde por 60% das exportações de celulose no País.

**Direito Portuário 1**

Os contratos de trabalho no setor portuário são o tema principal do 1º Seminário de Direito Portuário na Esfera Trabalhista de Manaus, que ocorrerá nesta sexta-feira, dia 9, a partir das 9 horas, no Quality Hotel Manaus, na capital amazonense. Promovido pelo Super Terminais e com apoio da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) e da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), o evento terá a presença de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

**Direito Portuário 2**

Segundo o diretor do Super Terminais, Marcelo Di Gregorio, mesmo com uma infraestrutura em expansão, o Brasil é tratado como insuficiente para lidar com as demandas do mercado. De acordo com o empresário, "as normas de Direito Portuário foram editadas para trazer segurança jurídica e conferir proteção legal às práticas que são realizadas nos portos brasileiros e garantir a competitividade no mercado internacional".

**Energia**

A armadora francesa CMA CGM anunciou, na última segunda-feira, dia 5, que está criando um fundo de US\$ 1,5 bilhão (considerando seu orçamento nos primeiros cinco anos) para agilizar sua transição energética e atingir o carbono zero líquido até 2050. Esse fundo vai apoiar o desenvolvimento e a produção de novos combustíveis e, também, a elaboração de soluções em mobilidade com baixas emissões para as atividades de transporte e logística da companhia.

# Ministro da Infraestrutura faz vistoria em obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste

Um dos objetivos da ferrovia é possibilitar o escoamento da safra produzida no Centro-Oeste até portos das regiões Sudeste e Nordeste



Divulgação

O empreendimento, com 383 km, tem investimentos de R\$ 2,73 bilhões que serão custeados por meio da renovação antecipada do contrato de concessão da Vale com a União pela Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM)

TALES SILVEIRA  
tales@portalbenews.com.br

**QUANDO FINALIZADA, A ESTRADA DE FERRO FARÁ A CONEXÃO ENTRE O VALE DO ARAGUAIA E A FERROVIA NORTE-SUL, FAVORECENDO O ESCOAMENTO DA SAFRA REGIONAL AOS PORTOS DE SANTOS (SP), ITAQUI (MA) E, NO FUTURO, DE ILHÉUS (BA), POIS SE CONECTARÁ TAMBÉM À FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE LESTE (FIOL)**

O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, vistoriou, ontem, as obras da ligação ferroviária entre Mara Rosa (GO) e Água Boa (MT), da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico). Segundo dados do Ministério da Infraestrutura, a ferrovia já tem os primeiros 30 quilômetros liberados de área pelo processo de desapropriação.

A Fico possibilitará escoamento da safra produzida no Centro-Oeste até portos das regiões Sudeste e Nordeste. O empreendimento tem 383 quilômetros de extensão, com investimentos de R\$ 2,73 bilhões custeados por investimento cruzado, resultante da renovação antecipada do contrato de concessão da Vale com a União pela Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM).

"É uma obra estruturante que vai diminuir o custo logístico de produção e favorecer a balança comercial. O Centro-Oeste brasileiro, com essa obra, passa a ser mais com-pe-

titivo", afirmou o ministro durante as inspeções.

As vistorias às obras da Fico fazem parte da agenda do Setembro Ferroviário do Ministério da Infraestrutura, mês dedicado a ações que impulsionam o transporte sobre trilhos no País.

**Andamento**

Conforme a Valec, empresa pública que detém a concessão da futura ferrovia e conduz as obras, a previsão é de que até o fim do ano sejam liberados mais 50 quilômetros de via férrea. Durante o prazo de execução das obras, devem ser abertos 4,6 mil novos postos de trabalho. São 1,5 mil diretamente ligados à construção da estrada de ferro e mais de 3 mil para apoio e suporte da obra, o que inclui hotéis, restaurantes e serviços diversos.

Quando finalizada, a estrada de ferro fará a conexão entre o Vale do Araguaia e a Ferrovia Norte-Sul, favorecendo o escoamento da safra regional aos portos de Santos (SP), Itaqui (MA) e, no futuro, de Ilhéus (BA), pois se conectará também à Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol).

**BR 153**

Antes de fiscalizar as obras na Fico, Marcelo Sampaio partici-

pou da inauguração do primeiro ponto de parada e descanso (PPD) da BR-153, em Uruaçu (GO). A Iniciativa é exigência prevista nos novos contratos de concessões federais, como o do sistema rodoviário Anápolis-Álamo do Tocantins, administrado pela EcoRodovias.

Esse é o primeiro espaço do tipo, previsto em todas as novas concessões federais de rodovias. O espaço de 20 mil m<sup>2</sup> instalado pela concessionária tem o objetivo de atender os caminhoneiros que passam pela região. Nele os profissionais poderão fazer uma pausa segura de até 12 horas. Encontrarão wi-fi, chuveiros com água quente e local para refeições com mais comodidade.

"Essa entrega é mais uma parceria bem-sucedida entre o MInfra e a EcoRodovias. A empresa tem entregado rodovias duplicadas, aumento de capacidade, terceiras faixas, e atuação principalmente na manutenção e operação dessas rodovias. Estamos muito satisfeitos em ver esse ponto, que trará toda a dignidade e a segurança para esses trabalhadores que vão pernoitar, tendo a comodidade do banheiro, água gelada, internet. Isso tudo faz parte de uma política pública que hoje virou realidade", falou o ministro.



## NACIONAL

# Planos Setoriais terão integração entre modais como base, diz secretário

Segundo Felipe Queiroz, da Secretaria de Transportes Terrestres, objetivo do Minfra é otimizar a alocação de investimentos

Ricardo Botelho/Minfra



O secretário nacional de Transportes Terrestres Felipe Queiroz, a diferença entre os planos tornava mais difícil uma conciliação dos resultados

TALES SILVEIRA  
tales@portalbenews.com.br

O secretário nacional de Transportes Terrestres, Felipe Queiroz, afirmou que todos os Planos Setoriais que estão sendo elaborados pelo Ministério da Infraestrutura em parceria com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) terão como base a integração entre os modais.

Ele fez essa afirmação durante o webinar “Tomada de Subsídios para Metodologia de Desenvolvimento do Plano Setorial de Transportes Terrestres”, na última segunda-feira. Segundo Queiroz, os planos elaborados anteriormente adotavam premissas que dificultavam a alocação estratégica de recursos e investimentos.

“A palavra chave aqui é integração. As diferenças entre os planos aparecem desde o início. Tinham premissas macroeconômicas diferentes, assim como as bases consideradas e os estudos usados como input da modelagem. Isso sem falar da própria metodologia. Difícil conseguimos conciliar os - o que nos dava uma série de dificuldades para realizar os empreendimentos”, disse.

De acordo com o secretário de Transportes Terrestres, os Planos Setoriais trarão uma mudança de metodologia que possibilitará ao governo determinar onde a aplicação de investimentos trará maiores resultados para o setor de transportes.

“Agora podemos comparar resultados, andar pari passu (simultaneamente) e avaliar, por exemplo, se R\$ 1 no setor portuário seria melhor alocado no setor aeroportuário. É no Plano Setorial que pode priorizar a metodologia que apresentaremos em dezembro deste ano”, falou.

Os Planos Setoriais são os responsáveis por identificar as principais ações necessárias para o desenvolvimento dos subsistemas de transportes nacionais (ferroviário, rodoviário, hidroviário, portuário e aero-viário). Os documentos fazem parte do Planejamento Integra-

do de Transportes, previsto na Portaria Minfra 123, de 21 de agosto de 2020. O período de contribuição para os Planos Setoriais se encerra na próxima segunda-feira, dia 12.

Os quatro Planos Setoriais foram estruturados e definidos de acordo com elementos de análise comuns, tanto em resultados diretos e indiretos quanto em propriedades globais. O primeiro utiliza dados de pessoas transportadas; fluxos de veículos e de cargas; ocorrências; emissões de ruídos; roubos; acidentes; emissões de material particular como gases de efeito estufa; resultados indiretos de desenvolvimento de infraestrutura; dados socioeconômicos e tecnológicos; integração e desenvolvimento territorial.

Já as propriedades globais de cada um tratam do nível de serviço, acessibilidade, eficiência, segurança, sustentabilidade e atualidade. Além disso, cada um desses elementos de representação foi decomposto em dimensões, indicadores e metas ainda mais específicos.

#### Novas metodologias

De acordo com os relatórios publicados pelo governo, a ela-

**“A PALAVRA CHAVE AQUI É INTEGRAÇÃO. AS DIFERENÇAS ENTRE OS PLANOS APARECEM DESDE O INÍCIO. TINHAM PREMISSAS MACROECONÔMICAS DIFERENTES, ASSIM COMO AS BASES CONSIDERADAS E OS ESTUDOS USADOS COMO INPUT DA MODELAGEM. ISSO SEM FALAR DA PRÓPRIA METODOLOGIA. DIFÍCILMENTE CONSEGUÍAMOS CONCILIAR OS RESULTADOS, O QUE NOS DAVA UMA SÉRIE DE DIFICULDADES PARA REALIZAR OS EMPREENDIMENTOS”**

boração dos Planos Setoriais prevê a simulação de cenários futuros e a consequente avaliação dos resultados em diferentes etapas, que foram chamadas de “ciclos” de simulação de cenários.

Uma importante mudança apontada pelo governo está na metodologia. A principal é a possibilidade de análise e classificação de impacto das ações em análise do Plano Setorial de Transportes Terrestres (PSTT). A meta é poder quantificar de forma objetiva os potenciais efeitos sociais, econômicos e ambientais das iniciativas, de modo a orientar a organização e priorização da carteira de ações.

“Considerando que toda ação tem um custo, e que os recursos públicos ou privados devem ser aplicados na ótica de eficiência para alcance dos objetivos comuns ao território, essa etapa de desenvolvimento do plano caracteriza-se como essencial para agregar efetividade e uma visão concreta dos planos de ações resultantes” diz o PSTT.

Segundo George Lavor Teixeira, coordenador de Planos da EPL, essa metodologia é um diferencial trazido pelos

estudos, uma vez que não é uma análise que vinha sendo feita por gestões anteriores.

“Temos um planejamento baseado em uma nova lógica baseada em ciclos e voltada a resultados. Nosso planejamento não é mais focado em somente realizar ações, e sim atingir resultados esperados. Não é possível identificar somente uma carteira de obras ou listar um conjunto de ações regulatórias. Tem que ser definido os objetivos esperados. Eles têm que ser transformados em resultados aferíveis. Portanto, não é só saber se a obra foi finalizada, mas se a construção atingiu o resultado pretendido”, disse.

#### Atualizações e novas definições

Além de revisar as mudanças, o PSTT também atualizou os objetivos do programa. Agora o plano trará oito “objetivos táticos”: Desenvolvimento da infraestrutura viária; Segurança viária; Sustentabilidade; Desempenho logístico; Desenvolvimento regional; Intercâmbio; Desenvolvimento tecnológico; e Sustentabilidade econômica.

Todos esses objetivos são embasados em “ideias-força”, que também estão conceituadas no plano.

Para o setor ferroviário, as análises partirão de cada linha. Portanto, as ferrovias serão analisadas desagregadamente, permitindo que os impactos regionais sejam melhor analisados. Até o momento, foram definidos 188 trechos de análise e 223 pátios de transbordos de carga que agrupam 714 terminais de transbordo.

No setor rodoviário, as análises serão feitas por trechos rodoviários em unidades da federação. Ou seja, rodovias que cruzam mais de um estado terão trechos analisados de forma separada. Já as rodovias pertencentes ao estado terão seus traçados analisados de forma integral. A mudança permitirá análises de impactos por região e também definições específicas de melhorias como de acessibilidade, eficiência logística (custo) e segurança.



## REGIÃO SUDESTE

# Novo leilão para concessão da BR-101 no ES deve sair em 2024

Eco 101 devolveu concessão em adesão à relicitação e aguarda assinatura de aditivo para manutenção até a realização de novo certame

BÁRBARA FARIAS  
barbara@portalbenews.com.br

A concessão do trecho Espírito Santo-Bahia da BR-101 deverá ser licitada de novo somente em 2024. Até lá, a atual concessionária, a Eco 101, do Grupo Ecorodovias, terá que investir em manutenção e obras, o que será exigido pelo Governo Federal após a assinatura de um termo aditivo de contrato que ainda não tem data definida. Em julho, a empresa entrou com pedido de relicitação junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para devolver a concessão do trecho rodoviário por motivo de desequilíbrio financeiro.

Em 15 de julho último, a Eco 101, protocolou, junto à ANTT, pedido de adesão ao processo de relicitação, que consiste na extinção amigável do contrato de concessão da BR 101/ES/BA e a celebração de um Termo Aditivo com novas condições contratuais até a nova licitação da rodovia.

“A complexidade do contrato, marcado por fatores como dificuldades para obtenção do licenciamento ambiental e financiamentos; demora nos processos de desapropriações e desocupações; decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de alterar o contrato de concessão; não pagamento da BR-116; não conclusão do Contorno do Mestre Álvaro e o agravamento do cenário econômico tornaram a continuidade do contrato inviável”, respondeu a Eco 101 em



Divulgação

A Eco 101 garante serão mantidas as obras em andamento e os investimentos necessários para a manutenção da BR-101/ES/BA

nota enviada ao **BE News**.

O prazo estimado de dois anos para a futura licitação do trecho foi dito pelo ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, em entrevista durante a assinatura do contrato de compra e venda da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), na última segunda-feira, no Cais Comercial de Vitória.

Sampaio afirmou que os investimentos no trecho da rodovia BR-101/ES/BA já estavam previstos no contrato original da concessionária, mas não foram executados. “Infelizmente, a concessionária não vem cumprindo o contrato e entendeu que, por bem, seria interessante devolver o ativo ao Estado. Então, neste aditivo, nós vamos prever alguns investimentos na rodovia, no período de estudo para o novo leilão”, disse o ministro.

Para Sampaio, a relicitação é a melhor solução. “É o melhor caminho, pois diminui muito a

chance de litígio. É um caminho que vai levar pelo menos um ano e meio, dois anos, até termos um novo leilão, mas a população não vai ficar desassistida da operação e da manutenção durante este período”, garantiu Sampaio.

“A BR-101 é uma rodovia importante não somente para o Espírito Santo, mas para o País como um todo”, acrescentou o ministro. Uma das principais rotas rodoviárias do País, ao lado da BR-116, a BR 101 conecta o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul.

Segundo o ministro, a modelagem da concessão da Eco 101 gerou um desequilíbrio financeiro que inviabilizou à empresa aportar os investimentos previstos no contrato. “O contrato da Eco 101 herdou uma modelagem ruim, o que fez com que o fluxo de caixa da concessionária fosse altamente impactado, uma vez que, no processo do leilão, foi fomen-

tada a diminuição da tarifa de pedágio. Esse processo fez com que a tarifa ficasse muito reduzida e isso impactasse no fluxo da concessão, no fluxo de caixa e, também, nos investimentos”, explicou Sampaio.

Sampaio esclareceu ainda que a Eco 101 não poderá concorrer ao futuro certame, pois entrou com pedido de relicitação do contrato de concessão vigente.

## Concessão da Eco 101

A Eco 101 assumiu a concessão da BR-101/ES/BA em 2013 e garante que “não mediu esforços para viabilizar a continuidade do contrato”.

“Em nove anos de administração da BR-101/ES/BA, a Eco101 investiu na rodovia em obras de modernização, melhorias e ampliações, além da prestação de serviços operacionais que já somam mais de um milhão de atendimentos aos usuários, o que garantiu a re-

“  
A RELICITAÇÃO É O MELHOR CAMINHO, POIS DIMINUI MUITO A CHANCE DE LITÍGIO. É UM CAMINHO QUE VAI LEVAR PELO MENOS UM ANO E MEIO, DOIS ANOS, ATÉ TERMOS UM NOVO LEILÃO, MAS A POPULAÇÃO NÃO VAI FICAR DESASSISTIDA DA OPERAÇÃO E DA MANUTENÇÃO DURANTE ESTE PERÍODO”

**MARCELO SAMPAIO**  
ministro da Infraestrutura

dução de mais de 60% no número de acidentes”, informou a empresa em nota enviada ao **BE News**.

A companhia assegura a manutenção dos serviços durante o processo de relicitação. “Neste período, a Eco101 continuará operando a rodovia e prestando todos os serviços de atendimento aos usuários, incluindo socorro médico e mecânico, veículos de inspeção de tráfego, caminhões para captura de animais e caminhões-pipa para combate a incêndios, além do monitoramento por câmeras para garantir o fluxo do tráfego e celeridade aos atendimentos em ocorrências na via”, apontou.

A concessionária destacou, também, que “serão mantidas as obras em andamento e os investimentos necessários para a manutenção da via”.

## Relicitação da BR-101/ES/BA está em análise na ANTT

Ainda não há uma data definida para a assinatura do Termo Aditivo de Contrato pela Eco 101, pois o pedido de relicitação da BR-101/ES/BA encontra-se em análise pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Em nota, a ANTT esclareceu que “a legislação vigente não estipula um prazo para essa etapa de análise, pois envolve a vistoria de uma série de documentos com os detalhes da solicitação de devolu-

ção amigável”.

Na análise do pedido de relicitação, a agência leva em consideração os limites técnicos e legais que permeiam a boa gestão regulatória com base na Lei nº 13.448/2017 e no Decreto nº 9.957/2019. Se aprovado pela diretoria da ANTT, o processo é encaminhado para análise do Ministério da Infraestrutura, que, entendendo o pedido ser pertinente, poderá direcionar para qualificação do Conselho do

Programa de Parcerias de Investimentos da presidência da República (PPI). Depois disso, estando de acordo, o empreendimento é publicado no Diário Oficial da União com a estipulação de prazo para assinatura do termo aditivo de concessão.

“O termo aditivo (TA) visa estabelecer as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoramento da rodovia. Também estão abrangidas no TA, as penalidades em caso

de não cumprimento das novas obrigações estabelecidas, a fim de assegurar a segurança dos serviços essenciais relacionados à rodovia. Os investimentos ficam para serem executados no próximo contrato de concessão a ser celebrado posteriormente”, informou a ANTT.

Segundo a agência, não há um prazo definido para que ocorra a entrada de uma nova concessionária. “A nova licitação inicia-se com os estudos e podem ser agregados ele-

mentos que potencializem a atratividade do projeto, tanto regulatórios como de traçado. Os estudos são submetidos a um processo de participação e controle social e análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU), assim como ocorre em processos de novas concessões, o que pode, eventualmente, superar dois anos, a depender da complexidade do projeto e dos prazos utilizados por outros órgãos para execução dessas etapas”.

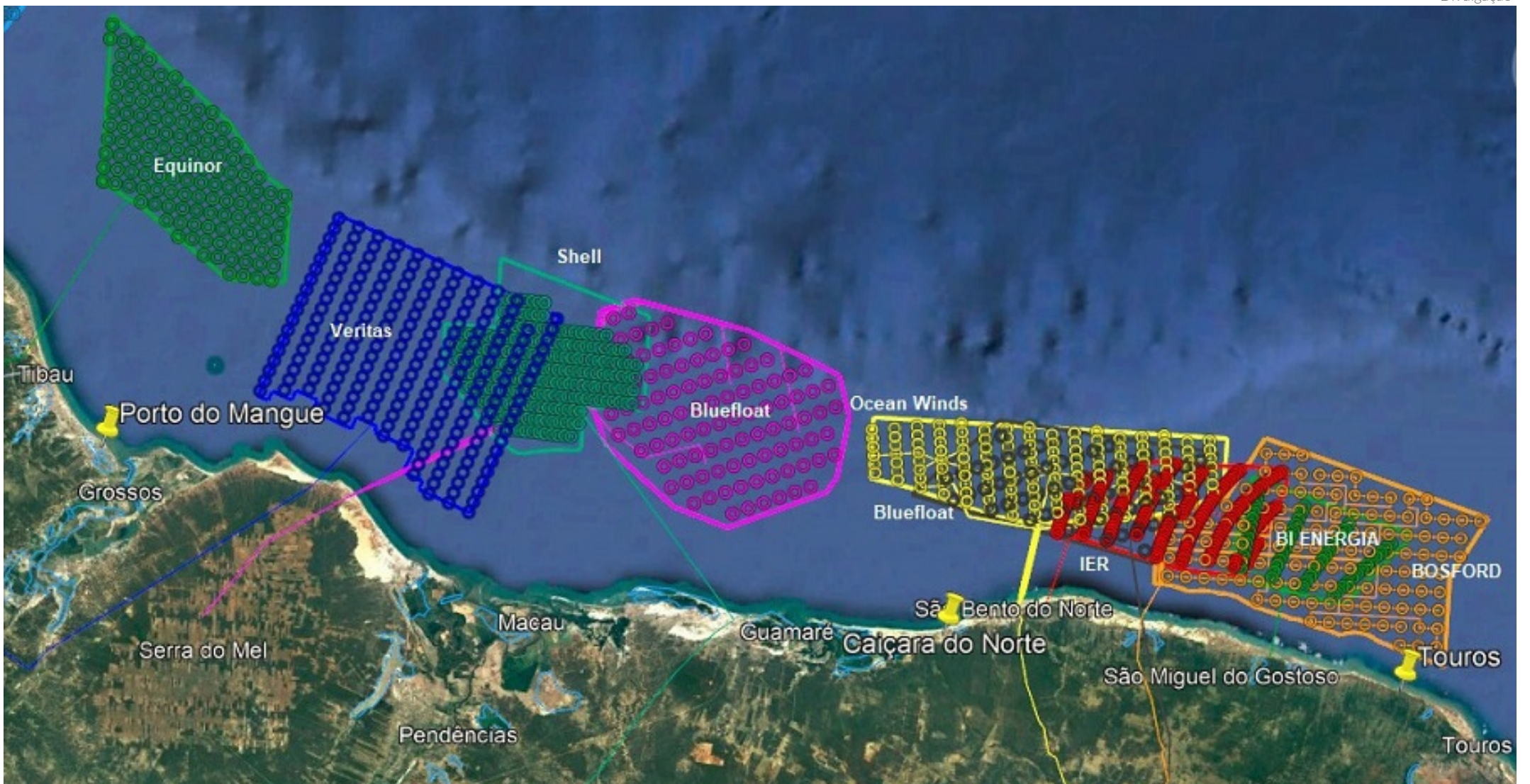


## REGIÃO NORDESTE

# RN anuncia local para a construção do Porto Indústria Offshore

Governo do Estado trabalha com a possibilidade de início das obras em 2024; investimento previsto é de R\$ 6 bilhões

Divulgação



O projeto do novo complexo prevê a geração de 25 mil novos empregos, com investimento previsto em R\$ 6 bilhões

VANESSA PIMENTEL  
vanessa@portalbenews.com.br

**O PORTO INDÚSTRIA-MULTIPROPÓSITO OFFSHORE PRETENDE SER O PRIMEIRO DA AMÉRICA LATINA COM CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DE ENERGIA NO MAR E HIDROGÊNIO VERDE**

O governo do Rio Grande do Norte anunciou o local que receberá a construção do Porto Indústria-Multipropósito Offshore: uma área no litoral dos municípios de Caçara do Norte e São Bento do Norte, a cerca de 160 km de Natal. A informação foi revelada pelo governo em agosto, após a conclusão dos estudos liderados pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que considerou a viabilidade ambiental, técnica e econômica da região. O equipamento será voltado à exploração de energia eólica e exportação de outros produtos, como o hidrogênio verde (H2V), tornando o Estado pioneiro no segmento.

De acordo com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (Sedec/RN), existem possibilidades de iniciar as obras físicas em 2024, o que deve gerar 25 mil novos empregos ao longo das etapas. O investimento previsto é R\$ 6 bilhões, recurso que o Estado deverá buscar para viabilizar a implantação do empreendimento, sem oferecer um fundo

garantidor às empresas interessadas em operá-lo.

Sílvio Torquato, secretário de Desenvolvimento Econômico, destacou que todas as empresas que quiserem participar da chamada pública devem estar cientes da condição. Estimativas apontam que o tempo de retorno do capital para este tipo de projeto é de 35 anos, podendo chegar a 70. Porém, Torquato garantiu que estudos indicam que o retorno do valor investido para o empreendimento no RN pode acontecer em 12 anos.

O governo do RN já assinou protocolos de intenções com algumas empresas interessadas em investir no desenvolvimento do porto, como as chinesas Spic e CCCC, e a dinamarquesa Vestas. Torquato diz ainda que oito companhias com interesse em produzir energia offshore na área do porto multiuso já fizeram pedido de licenciamento no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A próxima etapa, segundo a Sedec, é avançar nos estudos da área escolhida com intenção de iniciar o processo de licenciamento já em 2023, com obras começando até 2024. Uma vez iniciadas, a previsão de conclusão é de cinco anos. Os estudos continuarão a car-

go da UFRN.

Em paralelo, o governo quer lançar a chamada pública e providenciar a documentação legal para encaminhar à Secretaria dos Portos, seguindo com o processo de licenciamento ambiental, deixando tudo preparado para a Parceria Público-Privada (PPP).

#### Treze mil hectares

Os dados mostram que o novo complexo necessitará de uma retroárea de 13 mil hectares, o que trará menor impacto ao meio ambiente e evitará a desapropriação de áreas, o que geralmente demanda tempo.

O Porto Indústria-Multipropósito Offshore pretende ser o primeiro da América Latina com características da produção de energia no mar e hidrogênio verde.

Outro ponto positivo para efetivar o projeto, segundo o governo, é a profundidade da costa, que não passa de 15 metros, o que facilita a afixação de aerogeradores, equipamentos essenciais para este tipo de exploração.

O governo explica que a falta de uma estrutura adequada tem deixado o Rio Grande do Norte para trás na corrida do H2V, que é considerado o combustível do futuro, e tem tido destaque na região Nordeste devido a sua localização geogr-

fica, sol e ventos constantes.

Na Bahia, já há previsão da instalação da primeira fábrica de H2V; em Pernambuco, o Complexo Industrial Portuário de Suape vai acomodar um TechHub de Hidrogênio Verde. E no Ceará, o governo pretende construir um hub de hidrogênio verde no Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

Já o Rio Grande do Norte é líder em geração de energia no setor eólico no Brasil. De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Estado possui 6,7 GW de potência em operação, com 222 empreendimentos. A geração é correspondente a 30% de todo o Brasil.

Entre os outros estados, aparecem na sequência a Bahia, com 6,1 GW em operação em 233 empreendimentos, 27,68% do total, Piauí e Ceará, com 2,5 GW cada, e 85 e 99 projetos, respectivamente.

O RN possui ainda outros 4,7 GW em potência outorgada em construção não iniciada e em fase de viabilização dos projetos, somando 128 empreendimentos, ficando atrás da Bahia neste quesito. O estado baiano possui 6,3 GW de potência outorgada e 181 projetos. Piauí, Paraíba e Ceará possuem 1,9 GW, 1,1 GW e 668 MW em projetos não iniciados ou em construção.



# Aviação civil em Madeira registra movimento acima do período pré-pandêmico

Setores de transportes marítimos e terrestres mostram evolução, mas ainda não superam todos os números de 2019

TALES SILVEIRA  
tales@portalbenews.com.br

O movimento de passageiros nos Aeroportos da Região Autónoma do Madeira (RAM), no primeiro semestre, ultrapassou os valores de movimentação no segmento desde quando o país foi atingido pela pandemia do coronavírus. Os dados foram divulgados pela Direção Regional de Estatística de Madeira (DREM).

De acordo com os números publicados, o conjunto dos aeroportos da RAM assinalaram um movimento de aproximadamente 1,8 milhão de passageiros — aumento de quase 300% em relação a 2021 e de 8,8% em comparação a 2019. Somente no terceiro trimestre deste ano, a movimentação total dos aeroportos foi de 250,6%, registrando crescimento de 27,7% a mais do que em 2019.

O aeroporto de Madeira apresentou um aumento de 307,4%, registrando um crescimento de 8,1% em comparação a 2019. Já no aeroporto do Porto Santo foi verificada uma variação positiva de 172,9% — aumento de 24,2% em comparação a 2019.

Para a carga aérea, os aeroportos da RAM tiveram um crescimento de 19,2% nas mercadorias descarregadas e um decréscimo nas merca-



Divulgação

Aeroportos da Região Autónoma do Madeira (RAM) movimentaram 1,8 milhão de passageiros, um aumento de quase 300% em relação a 2021 e de 8,8% em comparação a 2019

passageiros norte-americanos (6,5% do total; -45,1% que em 2019) e 3 988 passageiros brasileiros (2,5% do total; +46,8% que em 2019).

## Transportes terrestres

As estradas da região registraram uma movimentação de 12 milhões de automóveis durante o primeiro semestre deste ano, um aumento de 33,5% em relação ao mesmo semestre de 2021. Já o transporte urbano transportou 7,5 milhões de passageiros — crescimento 35,5% em comparação ao mesmo período do ano passado, mas decréscimo de 13% em comparação a janeiro a junho de 2019. Nos transportes interurbanos, foram transportados 4,5 milhões de passageiros, traduzindo um crescimento de 30,1% em comparação a igual período em 2021.

Já os teleféricos registraram, entre janeiro e junho deste ano, uma venda de 469 mil bilhetes, aumento de 525% em comparação a 2021 e aumento de 0,3% face a 2019. As receitas totais para este semestre foram de 5,3 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 740,9% em comparação a janeiro a junho de 2021 — contudo o número é 0,3% menor do que igual período em 2019.

dorias carregadas (1,5%). Quando comparados a 2019, ambas foram menores, registrando queda de 13% e 15,8%, respectivamente.

## Alta de movimento nos portos

Os dados apresentados mostram que na linha Madeira-Porto Santo, o número de passageiros no primeiro semestre aumentou em 105,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior (-20,8%, quando comparado com 2019), fixando-se nos 116,8 mil.

Somente no segundo trimestre de 2022, o número de passageiros contabilizados cresceu 90,9% face ao mesmo período em 2021, mas quando comparado com os valores de 2019 houve um decréscimo de 18,9%.

Já o movimento de mercadorias nos portos da RAM no primeiro semestre deste ano

foi de 653,7 mil toneladas (aumento de 24,7% em comparação com o mesmo período do ano passado e um acréscimo de 12,4% face a 2019).

Para a variação positiva entre 2021 e 2022 contribuiu o acréscimo observado no carregamento (+13,1%; +13,2% face a 2019) e no descarregamento (+26,4%; +12,3% face a 2019) de mercadorias. No segundo trimestre, o acréscimo relativo ao mesmo período em 2020 no movimento total de mercadorias foi de 19,0%. Em comparação a 2019 o aumento foi de 14,0%.

Ainda de acordo com os dados do DREM, no primeiro semestre de 2022, foram registradas as entradas de 891 embarcações de recreio nas marinas da região, aumento de 103% em comparação com o mesmo semestre de 2021 e crescimento de 29,5% face a 2019.

Nestas embarcações contabilizaram-se 1.974 tripulantes e passageiros, aumento de 120,3% em comparação a igual período do ano passado — diminuição de 21,8% face a 2019. No segundo trimestre, o crescimento foi de 90,0% em comparação a 2021, mas face a 2019 verificou-se uma quebra no número de tripulantes e passageiros em 25,4%.

Já o Porto do Funchal registrou 158.810 passageiros em trânsito, a larga maioria (89,5%) dos quais constituída por europeus. As nacionalidades predominantes foram a alemã (47,4% do total; -49,8% que em 2019), a britânica (33,6% do total; -27,8% que em 2019), a italiana (2,0% do total; -69,4% que em 2019), a francesa (1,2% do total; -73,2% que em 2019) e a austríaca (quota de 1,0%; -70,3% que em 2019). Pelo Porto do Funchal 10287

# Governo português aprova investimento no Porto de Sines para receber e expedir gás natural

Aporte de 4,5 milhões de euros será investido no Terminal de GNL para aumentar capacidade de recepção e expedição de gás natural para o restante da Europa

TALES SILVEIRA  
tales@portalbenews.com.br

O Conselho de Ministros do Governo de Portugal aprovou autorização de investimento de 4,5 milhões de euros no Porto de Sines. Os recursos serão aplicados no reforço da capacidade de recepção e expedição de gás natural liquefeito, no Terminal de GNL de Sines. O anúncio foi feito pelo ministro do Ambiente e Ação Climática, Duarte Cordeiro.

Segundo o ministro, os investimentos serão realizados no âmbito do projeto de *transshipment*, aumentando a capacidade de expedição de gás natural para o restante da Europa.

Portugal quer ampliar a recepção de GNL. Para isso, Cordeiro disse que parte dos recursos será investido em adaptações “para nos próximos dois anos aumentar a capacidade de armazenamento de energia do país”, falou.

O Governo aprovou também um decreto lei com a adoção de “medidas excep-

cionais e temporárias” para os próximos dois anos relativas ao funcionamento do mercado de gás, que dispõe sobre obrigações adicionais de reporte de dados de contratos *take or pay*. Contratos que obrigam ao pagamento do gás natural previamente contratado, mesmo no caso de o comprador (a Galp, em Portugal) já não precisar da totalidade do volume contratado.

Governo quer ampliar a capacidade de armazenamento de GNL em dois anos



Divulgação



## VITRINE



CÂNDICE LA TERZA  
candice@portalbenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua **Vitrine**.

MOMENTO DE APRECIAR NA VITRINE O QUE ACONTECEU NOS BASTIDORES DOS NOSSOS NEGÓCIOS, EM SEMANA AGITADA TANTO NO BRASIL QUANTO EM PORTUGAL. BEM-VINDOS!!

Divulgação



## DATA MARCANTE NA CODESA

Foi assinado no último dia 5, no Cais Comercial de Vitória - ES, o contrato de compra e venda da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, em cerimônia presidida pelo ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio. Após o ato oficial, em foto enviada especialmente para a coluna Vitrine, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, Eduardo Nery, o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mario Povia, o diretor-presidente da CODESA, Bruno Fardin, o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, o ex-diretor-geral de terminais da Log-In, executivo que irá assumir a presidência da CODESA no final de setembro, Ilson Hulle, e os sócios da Quadra Capital, empresa gestora de fundos de investimento que assume o controle majoritário da CODESA, Maurício Silveira e Guilherme Scaff.

## NOVA PRESIDENTE DO CONSELHO DA ABRATEC

Divulgação



A Associação Brasileira de Terminais de Contêineres - Abratec, órgão que representa 11 empresas associadas, elegeu a presidente do seu Conselho Diretor, a conselheira do Brasil Export, Roberta Carvalho, para o mandato de dois anos, até agosto de 2024. Roberta, que é diretora Jurídica e de Relações Institucionais da Wilson Sons, afirma ter alguns desafios pela frente, como as mudanças regulatórias específicas que vêm sendo promovidas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq, além do aumento de complexidade do ambiente regulatório, que precisa responder aos avanços tecnológicos e nas relações de trabalho portuário. A coluna Vitrine deseja a Roberta sucesso e realizações no novo cargo!

## SEMANA MOVIMENTADA EM PORTUGAL

Divulgação



A líder da Fintech House Lisboa, Mariana Gorjão Henriques, a gerente de projetos, Raquel Nogueira da Silva, e o diretor-executivo do Portugal Export, Marcelo Sobreira, após participarem de evento na sede da Fintech House Lisboa, na última quarta-feira, dia 7, com o objetivo de identificar oportunidades de melhorias e crescimento para o Hub do Brasil Export, além de definir agenda da missão internacional, que vai acontecer de 16 a 18 de novembro de 2022, na capital portuguesa.

Divulgação



## AGRITALKS 2022

Ontem, dia 8, aconteceu em Lisboa, o "Agritalks 2022", organizado pela embaixada brasileira em Portugal, com foco na promoção da sustentabilidade do agronegócio brasileiro e em fomentar a agenda de negócios na relação Brasil-Portugal. O evento foi um sucesso, parabéns a todos os envolvidos. Na foto, o presidente do Porto de Sines, engenheiro José Luis Cacho, a executiva de Comunicação do Porto de Sines, Ana Rita Rosa, a diretora do Fronteiras do Pensamento - programa de palestrantes internacionais, Danielle Janiake, e o professor de Agronegócios Globais no Insper - SP, Marcos Sawaya Jank.

O ministro e conselheiro na Embaixada do Brasil em Lisboa, Olympio Faissol Pinto Junior, minutos antes da abertura do evento.

Divulgação

